

HABEAS CORPUS Nº 553.386 - SP (2019/0380648-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ALISON DE JESUS BATISTA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALISON DE JESUS BATISTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado por ALISON DE JESUS BATISTA, em causa própria, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0001870-85.2017.8.26.0616.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados no **art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006, e no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, em concurso material**, sobrevivendo sua absolvição, por ambos os delitos, com espeque no art. 386, VII, do Código de Processo Penal (e-STJ, fls. 39/44).

Irresignado, o *Parquet* estadual apelou e o Tribunal *a quo* deu provimento ao recurso para condená-lo, nos termos da exordial acusatória, às penas de 13 anos, 1 mês e 26 dias de reclusão, em regime inicial fechado, além de 694 dias-multa (e-STJ, fls. 113/133), cujo acórdão transitou em julgado. Segue a ementa do acórdão:

Tráfico ilícito de drogas e roubo majorado - Artigo 33, caput, da Lei 11.343/06 e artigo 157, § 2º, inciso II, do Código Penal - Sentença absolutória com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal - Recurso ministerial pleiteando a condenação dos réus nos termos da denúncia - Autoria e materialidade comprovadas - Robusto conjunto probatório - Recurso provido.

No presente *writ* (e-STJ, fls. 1/8), o impetrante/paciente afirma que sofre constrangimento ilegal, pois o regime inicial fechado foi fixado de forma indevida.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a fixação de regime inicial mais brando.

O pedido liminar foi indeferido, às e-STJ, fls. 16/17, e as informações foram prestadas às e-STJ 22/161 e 162/187.

Na PET n. 00064853/2020, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo pugna pela concessão da ordem, de ofício, conforme requerida na inicial ou, subsidiariamente, que a presente petição seja encaminhada ao TJ/SP para a formação de expediente de Revisão Criminal em favor do mesmo, uma vez certificado o trânsito em julgado da apelação, com oportuna abertura de vista para oferecimento de razões.

O Ministério Público Federal, em parecer exarado às e-STJ, fls. 201/206, opinou pelo não conhecimento do *mandamus*.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

Conforme relatado, busca o impetrante/paciente, em suma, o abrandamento de seu regime prisional.

Em consulta às informações processuais desta Corte de Justiça, verifico que a defesa do paciente impetrou o HC n. 521.056/SP, de minha Relatoria, julgado em 27/2/2020, no qual concedi a ordem, de ofício, para excluir da dosimetria da pena do paciente o aumento relativo aos maus antecedentes, e reduzir suas sanções para 11 anos, 3 meses e 10 dias de reclusão, além de 595 dias-multa, mantido o regime inicial fechado, por expressa determinação legal, nos termos do art. 33, § 2º, "a", do Código Penal.

Desse modo, não existe nenhuma ilegalidade a ser sanada na fixação do regime inicial fechado, para uma pena privativa de liberdade

Superior Tribunal de Justiça

superior a 8 anos de reclusão.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator